

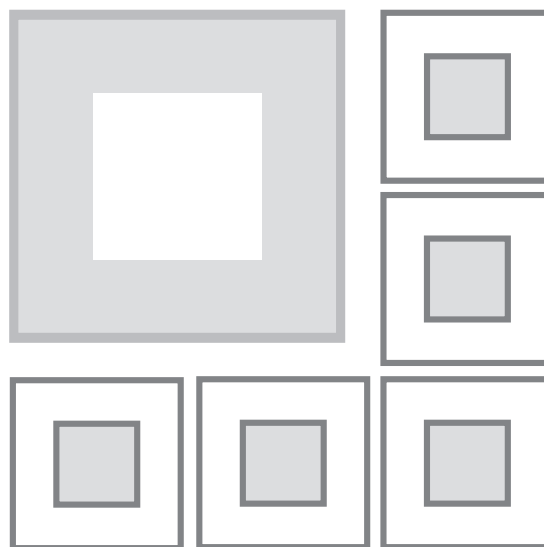
Os imóveis alugados pela autarquia a terceiros apresentam baixa rentabilidade (0,2%), se comparada à média do mercado, que é de 1% sobre o valor do patrimônio. E esse percentual pode ser ainda menor, já que estão disponíveis apenas valores históricos dos prédios e terrenos, que expressam o preço de aquisição ou construção dos imóveis. Uma reavaliação de todo esse patrimônio, para se chegar ao valor de mercado, custaria no mínimo R\$ 6 milhões.

Todos esses dados constam de auditoria sobre os ativos imobiliários do INSS, realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no primeiro semestre deste ano. Aprovada pelo plenário do tribunal no dia 29 de setembro, a auditoria constatou “significativa carência” de servidores para atuar na gestão desses imóveis, tanto em quantidade quanto em qualificação. No Rio de Janeiro, por exemplo, que concentra 40% dos imóveis da autarquia, há somente um procurador federal, Daniel Malaguti, acompanhando cerca de três mil processos. São ações de reintegrações de posse, despejos, cobranças, execuções e usucapiões.

Descontrole

O relator do processo no TCU, ministro Ubiratan Aguiar, afirma que o INSS não dispõe de dados atualizados que permitam à administração central sequer conhecer a real situação de todos os imóveis. “Os sistemas informatizados não atendem satisfatoriamente e os dados ali consignados não são fidedignos. Não há rotina de fiscalização do patrimônio imobiliário, levando-a a ser deficiente, com conseqüências diretas sobre a proteção e preservação dos imóveis.” Além de não gerarem receitas condizentes com seus valores, os imóveis têm consumido parte do orçamento da autarquia com a sua conservação e manutenção. Essa despesa chegou a R\$ 54,8 milhões em 2003. “Ainda que não seja objetivo do INSS fazer as vezes de uma grande imobiliária, a gestão desse patrimônio deve ser satisfatória, sob pena de se impor ônus mais pesados aos contribuintes e aos futuros segurados, haja vista que constituem parte dos recursos que deverão suportar o pagamento de benefícios”, diz o relatório de Aguiar. O TCU determinou que o INSS mantenha o tribunal informado, a cada 90 dias, sobre o resultado das atividades do grupo de trabalho criado pelo Ministério da Previdência Social para avaliar o patrimônio e dar agilidade ao processo de alienação de imóveis.

(Correio Braziliense - 10/10)



Jucá: TCU ajudou Tesouro Nacional a economizar R\$ 580 milhões

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) declarou, nesta quarta-feira, que o TCU (Tribunal de Contas da União) proporcionou uma economia de R\$ 580 milhões aos cofres do Tesouro Nacional, somente no segundo trimestre deste ano. O grande detalhe dos números revelados pelo parlamentar é que, deste montante, R\$ 490 milhões foram ‘economizados’ a partir de ações de combate à corrupção. Já o restante da quantia (cerca de R\$ 90 milhões) foram resultantes de condenações. As revelações de Jucá aconteceram após o senador receber o relatório das atividades do TCU no segundo trimestre de 2004.

De acordo com informações da Agência Senado, o peemedebista elogiou o TCU pelo fato dele ter cumprido, neste período, 5% de suas metas no geral. No segundo trimestre foram julgados quase 17 mil casos que tratavam de assuntos como admissão de pessoal, aposentadorias, reformas e pensões. Deste total, 1,7 mil apresentaram algum tipo de irregularidade e acabaram por ter o registro negado. Foram apreciados de forma conclusiva aproximadamente 2,4 mil processos de controle externo e 320 processos de contas foram considerados irregulares, o que representou 48% do total de processos dessa natureza julgados no período. Em conseqüência, 376 responsáveis foram condenados ao recolhimento de débito ou pagamento de multa.

(Diário do Grande ABC - 14/10)